

<https://doi.org/10.18593/r.v49.34775>

## **A inclusão dos superdotados no setorial das inteligências múltiplas de Gardner**

*The inclusion of the gifted in Gardner's multiple intelligences sector*

*La inclusión de los superdotados en el sector de las inteligencias múltiples de Gardner*

**Vanderleia Rodrigues da Silva Seidel<sup>1</sup>**

Universidade do Oeste de Santa Catarina; Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação. <https://orcid.org/0000-0003-3223-1308>

**Maria Lourdes Gisi<sup>2</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação. <https://orcid.org/0000-0002-0474-474X>

**Resumo:** Este artigo examina a inclusão de estudantes superdotados no ensino regular da educação básica, abordando a percepção distorcida que muitas vezes associa esta condição a uma ideia de superioridade. O problema central consiste em sopesar se esses estudantes recebem atenção e recursos necessários para seu pleno desenvolvimento intelectual, social e emocional no sistema educacional. O objetivo geral é analisar a inclusão dos estudantes superdotados, com base na teoria das inteligências múltiplas de Gardner. Os objetivos específicos incluem apresentar o contexto histórico e legal, explorar as características dos superdotados, demonstrar a importância da teoria das inteligências múltiplas para a inclusão e identificar lacunas nas abordagens atuais. Utilizou-se

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialização em Gestão Pública pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora da Rede Estadual de Ensino; Advogada.

<sup>2</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná; Pós-Doutorado pela Universidade de Genebra; Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

a Hermenêutica (Gadamer, 2003) e uma abordagem qualitativa (Bogdan e Biklen, 1998) com revisão bibliográfica e documental. Os dados foram analisados de forma descritiva e interpretativa e revelam que a inclusão de superdotados no ensino regular enfrenta desafios significativos. Embora existam algumas práticas e políticas direcionadas a esses estudantes, elas ainda são insuficientes para garantir um desenvolvimento pleno. A aplicação da teoria das inteligências múltiplas pode oferecer um caminho para melhorar a abordagem educacional. O estudo conclui que, para melhorar a inclusão de superdotados no ensino regular, é fundamental implementar abordagens educacionais mais integradas e adaptadas às necessidades específicas desses estudantes. Recomenda-se a aplicação prática da teoria das inteligências múltiplas para promover um ambiente mais inclusivo.

**Palavras-chave:** superdotados; inclusão; inteligências; Gardner.

**Abstract:** *This article examines the inclusion of gifted students in regular basic education, addressing the distorted perception that often associates this condition with an idea of superiority. The central problem is to assess whether these students receive the attention and resources necessary for their full intellectual, social and emotional development in the educational system. The general objective is to analyze the inclusion of gifted students, based on Gardner's theory of multiple intelligences. Specific objectives include presenting the historical and legal context, exploring the characteristics of gifted people, demonstrating the importance of the theory of multiple intelligences for inclusion and identifying gaps in current approaches. Hermeneutics (Gadamer, 2003) and a qualitative approach (Bogdan and Biklen, 1998) were used with bibliographic and documentary review. The data were analyzed in a descriptive and interpretative way and reveal that the inclusion of gifted people in regular education faces significant challenges. Although there are some practices and policies aimed at these students, they are still insufficient to guarantee full development. The application of the theory of multiple intelligences can offer a way to improve the educational approach. The study concludes that, to improve the inclusion of gifted people in regular education, it is*

*essential to implement more integrated educational approaches adapted to the specific needs of these students. The practical application of the theory of multiple intelligences is recommended to promote a more inclusive environment.*

**Keywords:** *gifted; inclusion; intelligences; Gardner.*

**Resumen:** *Este artículo examina la inclusión de estudiantes superdotados en la educación básica regular, abordando la percepción distorsionada que muchas veces asocia esta condición con una idea de superioridad. El problema central es valorar si estos estudiantes reciben la atención y los recursos necesarios para su pleno desarrollo intelectual, social y emocional en el sistema educativo. El objetivo general es analizar la inclusión de estudiantes superdotados, basándose en la teoría de las inteligencias múltiples de Gardner. Los objetivos específicos incluyen presentar el contexto histórico y legal, explorar las características de las personas superdotadas, demostrar la importancia de la teoría de las inteligencias múltiples para la inclusión e identificar lagunas en los enfoques actuales. Se utilizó la hermenéutica (Gadamer, 2003) y un enfoque cualitativo (Bogdan y Biklen, 1998) con revisión bibliográfica y documental. Los datos fueron analizados de manera descriptiva e interpretativa y revelan que la inclusión de personas superdotadas en la educación regular enfrenta desafíos importantes. Si bien existen algunas prácticas y políticas dirigidas a estos estudiantes, aún son insuficientes para garantizar su pleno desarrollo. La aplicación de la teoría de las inteligencias múltiples puede ofrecer una manera de mejorar el enfoque educativo. El estudio concluye que, para mejorar la inclusión de las personas con altas capacidades en la educación regular, es fundamental implementar enfoques educativos más integrados y adaptados a las necesidades específicas de estos estudiantes. Se recomienda la aplicación práctica de la teoría de las inteligencias múltiples para promover un entorno más inclusivo.*

**Palabras claves:** *dotado; Inclusión; Inteligencias; Gardner.*

Recebido em 05 de maio de 2024

Aceito em 08 de setembro de 2024

## 1 INTRODUÇÃO

As diversidades no âmbito escolar são expressivas, permeiam educandos com diferentes, culturas, experiências, religiões, afinidades, crenças etc. No entanto, adotamos no âmbito escolar uma única metodologia, uma mesma forma de avaliação e esperamos desenvolver todos os educandos com êxito e formação plena.

Historicamente as crianças e adolescentes, seres em desenvolvimento, necessitam de um olhar carinhoso e de fato preocupado em atender suas demandas particulares. Não nascem de uma mesma incubadora e certamente possuem aspectos pessoais e habilidades distintas, que devem ser observadas e projetadas. Para a concretização desse ideal fazem-se necessários, além de evitar a comparação e a competição, uma filosofia pedagógica educacional que vise atender as individualidades, profissionais treinados para perceber as manifestações cotidianas apresentadas pelos educandos, como ansiedade, descontentamentos, indisciplina, desinteresse pela escola, revolta, aproximando-se desses educandos para de fato buscar entender as causas e juntos, professores, equipe pedagógica, pais e até os demais profissionais, buscarem um diagnóstico apropriado.

Também se destaca que observar o comportamento do educando no âmbito da sala-de-aula é indispensável e contribui para avaliação formativa dos superdotados (Falcão, 1992).

A sociedade é dinâmica, portanto, a educação enquanto processo e instituição inserida na sociedade sofre os mesmos

reflexos. Portanto, reconhecer os educandos como sujeitos de direitos, que demandam por políticas públicas assertivas, voltadas para a efetividade das medidas de aprendizagem e desenvolvimento pleno, faz-se imperioso.

Neste contexto, diante dos desafios de matricular e principalmente manter o educando feliz, pleno em seu desenvolvimento escolar em sua faixa etária, o presente artigo examina a inclusão de estudantes superdotados no ensino regular da educação básica, abordando a percepção distorcida que muitas vezes associa a superdotação a uma ideia de superioridade. O problema central consiste em sopesar se essa categoria de estudantes recebe atenção e recursos necessários para seu pleno desenvolvimento intelectual, social e emocional no sistema educacional regular. O objetivo geral é analisar a inclusão dos superdotados, com base na teoria das inteligências múltiplas de Gardner e compreender os aspectos históricos e legais relacionados à superdotação. Os objetivos específicos incluem apresentar o contexto histórico e legal, explorar as características dos superdotados, demonstrar a importância da teoria das inteligências múltiplas para a inclusão e identificar lacunas nas abordagens atuais.

Nossa compreensão de mundo é a soma da consciência e experiências que vivemos desde a infância. É o resultado dos estímulos externos e a forma como estruturamos as prioridades em nossa mente. “Para irmos além, precisamos enxergar além. Mudar a lente que filtra as informações que chegam a nossa mente e dar novo significado para as imagens e relações que nos cercam. Precisamos Despertar!” (Tatagiba, 2016, p. 232).

Conforme preconiza Fernando Pessoa:

[...] há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia, e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, a margem de nós mesmos.

Portanto, a finalidade deste trabalho é verificar a possível aplicação dos princípios das inteligências múltiplas no âmbito das atividades escolares, como forma de ajudar os educandos superdotados a serem reconhecidos e tratados em suas individualidades.

Em vista disso, utilizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem descritiva, sob a óptica do método da hermenêutica, referendada em Gadamer (2003, p. 11), “[...] a compreensão “apropriada” de um texto introduz nas *geisteswissenschaften* algo da posição do intérprete no tempo, lugar e visão do mundo [...]”. Os resultados da pesquisa de revisão bibliográfica serão apresentados, acompanhadas de análise pelas autoras. A abordagem qualitativa permitiu aprofundar o estudo, conforme explicam Bogdan e Biklen (1998, p. 03) que “os pesquisadores qualitativistas procuram entender o processo pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são estes”.

A Teoria das Inteligências Múltiplas é de grande valia no contexto educacional, sendo reconhecida e aplicada nas unidades de ensino, gerariam uma educação de qualidade e pleno desenvolvimento de todos os educandos, ainda, para aqueles, neste estudo, com características de superdotação. No entanto, estudos analisados demonstram que ainda não se tem uma abordagem plena, que contribua com o pleno desenvolvimento intelectual, social e emocional destes estudantes.

## 2 A HISTÓRIA DOS SUPERDOTADOS

Para uma melhor abordagem deste estudo, inicialmente pautamos nossa investigação na etimologia do termo “superdotados” e em seus aspectos históricos.

Historicamente, indivíduos superdotados foram muitas vezes vistos como figuras excepcionais, cujas capacidades intelectuais ou habilidades extraordinárias os distinguiam da maioria. No entanto, a compreensão e a definição do que constitui uma “superdotação” evoluíram ao longo dos séculos, sendo influenciadas por diferentes contextos culturais, educacionais e científicos. Nesta seção, apresentamos aspectos relevantes que delineiam a trajetória do conceito de superdotação, destacando como a sociedade, ao longo da história, identificou e tratou esses indivíduos, e como tais percepções moldaram as abordagens contemporâneas sobre o tema.

### 2.1 ORIGEM ETIMOLÓGICA E ASPECTOS HISTÓRICOS

Conforme se extrai do estudo dos aspectos históricos sobre terminologias específicas para designar os superdotados, não há consenso, entre os doutrinadores e os especialistas da área, pois alguns defendem a expressão “superdotado”, por considerá-

lo equivalente a talento, enquanto outros defendem a extinção do termo, pois entendem ser elitista e tendencioso (Guenther, 2000).

Guenther (2000) sustenta a tese de que a ausência de concordância na terminologia, originou-se na tradução dos termos do inglês americano “giftedness e gifted”, literalmente significa “dotação” e “dotado”, cujos termos lhe foi acrescido do prefixo “super”. No entanto, o termo “Superdotação” não foi plenamente aceito nos meios educacionais. Visando amenizar efeitos, a expressão inglesa *High Ability* foi adicionada, a qual, traduzida para o português significa “capacidade elevada”.

Traduzindo a expressão inglesa *High Ability* para “Altas Habilidades”, no plural, continuam existindo elementos de crítica, pois *ability* significa capacidade, não sendo adequado traduzir como *habilidades*, o que levaria a submergir sua essência (Guenther, 2000).

Se faz imprescindível definir o conceito de superdotado, sendo segundo Erika Landau:

[...] uma criança como qualquer outra, mas há algo que a distingue: o talento. Todo talento deve ser estimulado, regado como se fosse uma planta. Entretanto, existe uma teoria antiquada, segundo a qual a criança superdotada encontra um caminho para desenvolver seus potenciais sob quaisquer circunstâncias (Landau, 2002, p. 27).

Neste viés, uma criança superdotada, é apenas uma criança, igual as demais, acrescida de um adjetivo, talento. Característica que deve ser respeitada e estimulada, para, conhecendo seus potenciais, possa desenvolver-se em todas as circunstâncias.

No âmbito histórico, tem-se registro de longa data do reconhecimento de pessoas que possuíam altas habilidades. Em Esparta, século VI a.C., encontra-se os primeiros registros: os meninos identificados com talentos militares, eram incentivados a liderança, lutas e arte (Perez, 2004).

Ainda na Grécia Antiga nos ensinamentos de Platão, criança que demonstrasse inteligência superior, era considerada “criança de ouro”, portanto, se entendia que fosse preparada, treinada, para o setor administrativo, para beneficiar o Estado (Alencar; Fleith, 2001).

Na China Antiga, século VII, segundo Gama (2007), os superdotados eram reconhecidos a partir de quatro princípios: a) pessoas que possuíam talento múltiplo, com habilidades em imaginação, memória, raciocínio, percepção, liderança, leitura e escrita; b) reconheciam que algumas crianças apresentavam talentos e habilidades ainda na tenra idade e mantinham para toda a vida; c) destacavam que mesmo as crianças mais habilidosas, quando não recebiam estímulos apropriados, não ocorria desenvolvimento pleno das habilidades; e d) defendiam que todos os jovens independentemente da classe a que pertenciam deveriam receber educação, porém, enalteciam que cada um(a) deveria receber educação equivalente a suas habilidades (Gama, 2007).

Contudo, talento e habilidades nem sempre na história, foram vistos como adjetivo, entre os séculos XV e XVI, pessoas críticas, que pensavam e questionavam as relações existentes na época eram perseguidas, discriminadas e até mesmo exterminadas (Alencar; Fleith, 2001).

Com o fim do domínio Católico Apostólico Romano, já no período do Renascimento, pessoas com altas habilidades eram

consideradas doentes, desequilibradas mentalmente (Goulart, 2011, p. 131).

Outro marco histórico relevante em relação ao reconhecimento dos superdotados foi a pesquisa realizada por Francis Galton (primo de Charles, Darwin), considerado pioneiro na psicometria e na aplicação de métodos estatísticos ao estudo da diversidade humana e ao estudo da herança das características humanas. Galton acreditava que a inteligência era em grande parte hereditária, ele assumiu que deveria haver uma conexão entre a inteligência e outras características observáveis, como reflexos, contração muscular e tamanho da cabeça (Galton, 1869 apud Roazzi; Souza, 2002).

Convencido de que a inteligência é herdada geneticamente, Galton comparou pessoas, continuou sua pesquisa, fundou em 1882 o primeiro centro de exames psiquiátricos do mundo e publicou um estudo sobre as capacidades humanas e seu desenvolvimento. Em 1883, ele explicou sua teoria. No entanto, depois de coletar vários dados, incapaz de provar a relação das variáveis físicas, desistiu (Galton, 1869 apud Roazzi; Souza, 2002).

No âmbito acadêmico, não há consenso sobre a origem do termo QI, apesar dos esforços de Galton, seu colaborador de pesquisa Wilhelm Stern, um psicólogo alemão, nascido em 1871 e falecido em 1938, fundador com Galton da psicologia diferencial criou o Instituto de Psicologia onde desenvolveu algumas pesquisas de forma experimental. Assim, para alguns pesquisadores Stern foi que criou o termo QI (Quociente de Inteligência), para descrever a relação entre a idade mental e a idade cronológica, independentemente a quem seja atribuído os créditos da elaboração da sigla QI. Tem-se que essa descoberta muito contribuiu, sendo

o teste psicométrico muito usado para identificar a inteligência humana, aliás, ainda muito usado atualmente (Galton, 1869 apud Roazzi; Souza, 2002).

Na Rússia, destaca-se o pesquisador Vygotsky. Em sua pesquisa não há números ou subdivisões de QI e as teorias inatistas são rejeitadas. Para ele o desenvolvimento da inteligência ocorre através de uma relação dialética entre a sociedade e o sujeito. Ou seja, a troca é mútua, o meio ambiente é modificado ao mesmo tempo que o ser humano sofre metamorfose (Vygotsky, 1989).

Em 1936, Jean Piaget publicou o conceito de construtivismo na Suíça. Ele argumenta que o funcionamento mental depende do processo interacionista, ou seja, interações dinâmicas entre os seres humanos e o meio ambiente, bem como influências genéticas. O autor divide o desenvolvimento da inteligência em quatro estágios de desenvolvimento: primeiro o sensório-motor, seguido por pré-operação, operação concreta e, operação formal. Explica também o que são os processos biológicos pelos quais um indivíduo passa durante cada um desses estágios, ficar em contato com o ambiente estimulante em que o processo ocorre assimilação, adaptação e equilíbrio de novos conhecimentos. Para ele, esses processos são realizados por mecanismos de autorregulação que consiste no processo gradual de equilíbrio do organismo. A partir disso, Piaget (1976) entende a inteligência da seguinte forma: Adaptação das formas biológicas aos estímulos ambientais, ou seja, trata-se adaptações biológicas causadas especialmente por necessidades ambientais (Piaget, 1976).

Destacamos ainda em nossas buscas históricas, as pesquisas de Joseph S. Renzulli, pesquisador norte americano das décadas de 1970, originou a primeira iniciativa de identificação de

alunos superdotados em seu país, também buscou desenvolver serviços e currículos adequados para esse público-alvo (Renzulli, 2004).

## 2.2 DA PROTEÇÃO E INCLUSÃO DOS SUPERDOTADOS NO BRASIL

Os estudantes superdotados possuem um perfil diferenciado na aprendizagem e em outros aspectos de comportamentos e fazem parte da educação especial, da inclusão (Brasil, 2008). Nesse viés, considerando suas características peculiares, necessitam de um olhar, de atividades e serviços próprios o que justifica nossa pesquisa, buscando entender como essa parcela de educandos vem sendo identificadas e “cuidadas” no âmbito brasileiro.

Preliminarmente lançamos o conceito de Altas Habilidades/ Superdotação, pelo Conselho Nacional de Educação:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que durante o processo educacional apresentarem:

(..)

III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

(..)

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

(..)

IX – atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em

menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96 (Brasil, 2001).

Em relação a proteção, a positivação de normas e políticas públicas de proteção e inclusão dos superdotados no Brasil, tem-se que começaram a tomar visibilidade a partir das últimas cinco décadas. Nos anos 70 nos cadastros de alunos nacionais começam a aparecer os superdotados, fenômeno que decorre da Lei nº 4.024/1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual se referia aos alunos superdotados/com altas habilidades, nomeando-os como “excepcionais”, cita-se:

#### TÍTULO X – Da Educação de Excepcionais

[...]

Art. 89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções (Brasil, 1961).

Com a Lei 5.692, de agosto de 1971 - aparece expressamente o termo Superdotados na legislação educacional brasileira, como se contata a seguir:

Art. 9º - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971).

Nos anos subseqüentes foram criados alguns Pareceres pelo Conselho Nacional de Educação, com o intuito de atender os superdotados, nos quais destacamos o Parecer CFE nº 255, de 9 de março de 1972 (Documenta 136, março 1972). No ano subseqüente houve a criação do Centro Nacional de Educação Especial

(CENESP), vinculado ao MEC, responsável por desenvolver ações educativas e financiar iniciativas de atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades ou superdotadas, sendo o primeiro esboço em concreto traçado pelo governo federal visando elaborar políticas nacionais nesta área (Andrés, 2010).

Já nas décadas de 80, com a outorga da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tem-se o reconhecimento, ainda que de forma indireta, agora superando a fase infraconstitucional, dos alunos com altas habilidades/superdotados. Eis que em seu texto legal destaca que a educação deve ser ofertada a todos e respeitando a individualidade dos sujeitos no processo. Nesse sentido, vejamos: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (Brasil, 1988, p. 91).

A legislação infraconstitucional através da Lei 9.394/96 - LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dedica a Educação Especial um capítulo todo, esclarecendo:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

[...]

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;  
[...]

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015). (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (Brasil, 1996).

Extraí-se da leitura e hermenêutica dos dispositivos citados, que o legislador prevê a possibilidade de ofertar aos estudantes superdotados atendimento que propicie seu pleno desenvolvimento. No entanto, é evidente que não basta garantir os direitos dos alunos com altas habilidades/superdotados em documentos legais se as diretrizes não forem conhecidas e discutidas especificamente, a fim de buscar a implementação adequada em áreas públicas individuais.

Neste sentido, destaca-se a importância de gestores escolares, equipe pedagógica, e revisores dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas, conhecerem a legislação e acima de tudo, comprometidos com o desenvolvimento pleno de cada estudante, buscarem ferramentas para colocar na prática os elementos mencionados em lei, decretos, resoluções e pareceres.

### **3 INCLUSÃO DOS SUPERDOTADOS NO SETORIAL DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS DE GARDNER**

Abordaremos nesta seção aspectos relevantes sobre a inclusão de indivíduos superdotados no contexto das inteligências múltiplas, proposta por Howard Gardner. Essa teoria representa uma evolução significativa no entendimento das capacidades humanas, desafiando a visão tradicional que restringia a inteligência a uma única habilidade mensurável. Gardner propôs que o intelecto humano se manifesta de maneiras diversas (Gardner, 1993).

Dessa forma, a identificação e o desenvolvimento de superdotados dentro dessa perspectiva exigem uma abordagem mais ampla e inclusiva, que transcende os testes tradicionais de QI. A superdotação pode se revelar de maneira única em qualquer uma das inteligências definidas por Gardner, permitindo que esses indivíduos sobressaiam em áreas específicas como a música, dança, comunicação interpessoal ou raciocínio lógico. O grande desafio educacional é criar um ambiente que reconheça essas diferentes manifestações de talento e ofereça estratégias pedagógicas diferenciadas que valorizem todas as formas de inteligência, promovendo, assim, a inclusão plena dos superdotados em suas áreas de excelência.

### 3.1 GARDNER E A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

Howard Gardner, um cientista da inteligência humana, insatisfeito com os conceitos de inteligência baseados em testes de Q.I. e suas visões unificadas, criou a teoria das inteligências múltiplas, lançou a obra *Frames of Mind*, de 1983. Neste período atuava como pesquisador e psicólogo, dedicando tempo integral na

região de Cambridge e Boston. No *Boston Veterans Administration Medical Center* dedicava-se a estudar pessoas que haviam sofrido algum tipo de dano cerebral, enquanto na Escola de Pós-Graduação em Educação de Harvard fazia parte do Projeto Zero, o qual possuía como questão de pesquisa o desenvolvimento humano e cognição, especialmente nas artes. Enquanto membro do projeto dedicou seu tempo analisando e pesquisando o desenvolvimento, em crianças, nas diferentes habilidades e formas de arte (Gardner, 2010, p. 16).

Em seus estudos iniciais Gardner (1993), propôs ser possível identificar até sete diferentes inteligências em uma pessoa, sendo elas: linguística, lógico -matemática, espacial, corporal-cinestésica, inteligência musical, interpessoal, posteriormente sendo esta lista modificada, vejamos:

Estas, então, são as sete inteligências que descobrimos e descrevemos em nossa pesquisa. É uma lista preliminar, como eu disse; obviamente, cada forma de inteligência pode ser subdividida, ou a lista pode ser reorganizada. O ponto importante aqui é deixar clara a pluralidade do intelecto (Gardner, 1993, p. 15)

Howard Gardner (2010) em seus escritos destaca:

\*Uma inteligência não é o mesmo que um sistema sensorial. Não existe inteligência “visual” ou “auditiva”.

\*Uma inteligência não é um estilo de aprendizagem. Os estilos são modelos como os indivíduos tacitamente abordam uma ampla gama de tarefas. Uma inteligência é uma capacidade computacional cuja força varia entre indivíduos.

\*Uma inteligência não é o mesmo que um domínio ou uma disciplina. Um domínio ou uma disciplina é um construto social. Refere-se a uma profissão, uma disciplina acadêmica, um passatempo, um jogo ou uma atividade e apresenta níveis de especialização. A habilidade em um domínio pode ser realizada

usando diferentes combinações de inteligências. Ser hábil em uma determinada inteligência não informa em que domínios ela será aplicada.

\*As pessoas não nascem com uma determinada quantidade de inteligência, que serviria como uma espécie de limite. Cada um de nós tem potenciais dentro do espectro de inteligência. Os limites de realização desses potenciais dependem de motivação, da quantidade do ensino, dos recursos disponíveis e assim por diante.

\*Um indivíduo não deveria ser descrito, a não ser em língua informal, como uma pessoa que não tem “inteligência interpessoal”. Todos possuímos todo o espectro de inteligências, e as qualidades intelectuais mudam com a experiência, com a prática ou de outras formas.

\*Não existem escolas de IM nem Gardner oficiais. Muitos princípios, objetivos e métodos são coerentes com as principais afirmações da teoria das MI (Gardner, 2010, p. 21).

Gardner (2010, p. 20) a partir de seus estudos passou a considerar a inteligência “um potencial biopsicológico de processar informações de determinadas maneiras para resolver problemas ou criar produtos que sejam valorizados por, pelo menos, uma cultura ou comunidade”.

Segundo Gardner (2010) há várias inteligências, podendo uma pessoa ter todas desenvolvidas, algumas ou apenas uma, no entanto, geralmente as escolas valorizam duas habilidades em língua (inteligência linguística) e operações lógico-matemáticas. No entanto, há outras inteligências, são elas: musical, espacial, corporal-sinestésica, interpessoal, intrapessoal, a naturalista e uma possível nona inteligência, a existencial (que busca responder perguntas sobre a natureza e preocupações humanas).

A inteligência linguística segundo Gardner (2000) consiste em usar a fala e a escrita, estudo de diferentes idiomas e o uso da linguagem para atingir determinados objetivos. A inteligência lógica

e matemática inclui a capacitância de analisar problemas com base na lógica e facilidade de resolução de problemas e pesquisa.

A inteligência musical é caracterizada pela capacitância de exibir, organizar, apreciar e avaliar diferentes elementos musicais (Gardner, 2000).

A inteligência espacial caracteriza-se pelo potencial de identificar e manipular padrões no espaço, aqueles usados, por exemplo, por navegadores e aeronautas, bem como padrões em áreas mais limitadas, como escultores, cirurgiões, jogadores de xadrez, geógrafos ao usar mapas, artistas plásticos etc., (Gardner, 2000).

A inteligência cinética é caracterizada por usar o corpo para resolver problemas por meio de movimentos amplos e sutis do corpo. Assim, esta inteligência pode ser utilizada por atletas e bailarinos, assim como por cirurgiões, mecânicos, artesãos etc., (Gardner, 2000).

A Inteligência Interpessoal consiste (Gardner, 2000) na capacidade de compreender as intenções motivações e caprichos dos outros e de trabalhar eficientemente com os outros, essas informações são necessárias para políticos, docentes, médicos, líderes religiosos e atores.

Inteligência intrapessoal envolve a capacidade da pessoa de se conhecer, de ter um arquétipo individual, incluindo seus próprios caprichos, temores e aptidões, e de usar essas informações de forma eficaz para regular sua própria vida (Gardner, 2000).

Segundo Gardner (2000) inteligência naturalista evidencia-se pela capacidade que a pessoa possui de reconhecer

a diversidade da flora e da fauna e mapear as relações entre as diferentes espécies.

Extrai-se dos ensinamentos de Gardner que os seres humanos possuem diferentes inteligências, podendo manifestar-se em diferentes intensidades. Refletir sobre as inteligências múltiplas nos leva a entender os diferentes comportamentos e habilidades dos seres humanos.

### 3.2. DOS SUPERDOTADOS NO SETORIAL DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

Conforme exposto anteriormente, superdotados são pessoas com capacidade acima da média, podendo possuir habilidade desenvolvida em uma, algumas, ou várias esferas. Quando tais diferenças e habilidades são ignoradas, podem se desencadear problemas ou, quando não devidamente identificados, diagnósticos doentios e distorcidos poderão ser apresentados.

Portanto, refletir e buscar alternativas de inclusão dos diferentes educandos em contexto escolar, neste artigo nos reportando aos superdotados, trata-se de medida que vem ao encontro do comando constitucional, educação para todos.

Educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica que visa promover, garantir e proteger o direito de todos os alunos de participar do processo de aprendizagem, desenvolver potencial através da participação e cooperação sem qualquer discriminação ou preconceito. Assim, constitui um paradigma educacional que busca explorar e contextualizar os

aspectos históricos e as circunstâncias da formação da exclusão no contexto interno e externo da escola (Anache, 2007; Brasil, 2008).

As contribuições da teoria das inteligências múltiplas podem ocorrer no âmbito prático da educação inclusiva, porém, inicialmente é indispensável que os profissionais envolvidos no processo estejam dispostos a conhecer bem a teoria e conhecer bem os educandos envolvidos no processo (Moraes, 2013).

Também se destaca que ao dominar os postulados dessa teoria, o educador poderá tomar consciência e aceitar que cada indivíduo é único, singular e, portanto, diferente dos demais ao seu redor. Assim, para promover a inclusão, é preciso entender que a escola é um lugar heterogêneo, abrigando alunos que têm pontos fortes e outros que têm pontos fracos. Desenvolve a consciência de que pontos fortes e fracos podem ser desenvolvidos. A teoria das inteligências múltiplas propõe então que a principal função do educador é ajudar os alunos a desenvolverem suas diferentes inteligências, a fim de transformá-los em futuros sujeitos ativos na sociedade (Campos; Silva, 2009; Moraes, 2013).

Segundo Moraes (2013), Gardner em sua tese quer dizer que se os alunos são diferentes e únicos, então eles aprendem de forma diferente. É imperativo que o processo de avaliação e o currículo da escola sejam diferentes, focando nos alunos não na escola. Diante disso, os teóricos sugerem a revisão do processo de avaliação dos alunos. Para isso, ele faz uma importante distinção entre testes, procedimento mais utilizado na maioria das escolas e avaliação. O teste é realizado em situações extraordinárias e fora do ambiente conhecido do aluno e tem como objetivo quantificar o nível de conhecimento que o aluno conseguiu acumular em um determinado período de estudo e, então, ser aprovado ou

reprovado; instrumento considerado ineficaz para representar o verdadeiro potencial do aluno. Por outro lado, Gardner oferece a metodologia de avaliação, que é totalmente diferente da anterior. Nele, são coletadas informações sobre atividades diárias, aplicadas cumulativamente. O objetivo dessa ferramenta é sinalizar aos professores sobre a real aprendizagem dos alunos (Moares, 2013).

Assim, ao avaliar os alunos os educadores não devem utilizá-los de forma punitiva ou vingativa, devendo ser realizada de forma contínua no decorrer do período, sugerindo-se a utilização de instrumentos diversificados, como exemplo: a autoavaliação e portfólio, que permite uma perspectiva mais humanística, explorando as capacidades psicológicas do indivíduo.

Distinto subsídio de Gardner (1995) para a educação inclusiva refere-se ao currículo escolar. Basicamente, é formidável reconhecer que nem todos os indivíduos possuem os mesmos interesses e aptidões, ou seja, nem todos aprendem da mesma forma e nem todos os educandos têm o mesmo projeto de vida. Para atingir esse objetivo, o autor recomenda que o currículo escolar seja organizado em torno de algumas disciplinas obrigatórias como português, matemática, biologia, artes etc., e contemple-se disciplinas eletivas, visando atender as diferenças a partir de escolhas.

Perfilhar a seriedade do trabalho defendido por Gardner na tese das inteligências múltiplas, quando aplicadas no processo educacional permitirá a integração de todos os tipos de diversidade, respeitando as diferenças e o processo educacional. Desencadeando uma melhor preparação, tanto por parte do educador, que poderá desenvolver uma educação para todos, bem como por parte dos alunos que aprenderão a conviver, a crescer

e acima de tudo: a respeitar as diferenças, sem demora (Barbieri; Reimberg; Dipicoli; Caron; Prodócimo, 2008).

Segundo Gardner (1995) identificar precocemente o potencial de uma criança pode ser acentuadamente útil, eis que permitirá desde logo indicar os tipos de experiências que poderão beneficiar o desenvolvimento dessa criança. Identificar precocemente as áreas frágeis e as limitações da criança é igualmente importante, havendo chance de fomentar formas alternativas de resolvê-las, superá-las, ou até mesmo de projetar formas alternativas de ensinar ou tentar recompensar uma área de habilidade importante.

Portanto, é necessário conhecer o perfil cognitivo dos seus alunos e utilizar esse conhecimento para decidir quais os métodos de ensino e de avaliação assim como saber quais são os conteúdos curriculares mais adaptados à aprendizagem do aluno. Assim o educador procurará mobilizar a inteligência que o aluno tem armazenada para aprender e demonstrar essa aprendizagem de uma forma que faça sentido para ele (Moraes, 2013).

Neste sentido, cita-se a título de exemplo experiências vividas nas escolas da Austrália, as quais adeptos da teoria da IM (Inteligências Múltiplas) aplicam no contexto da sala-de-aula visando identificar e atender crianças superdotadas (Gardner, 2010, p. 146).

Citando Gardner (2010, p. 150):

Nova Gales do Sul, o maior estado da Austrália, tem a maior oferta, com aulas específicas para alunos superdotados na 5<sup>a</sup> e nas 6<sup>a</sup> séries de algumas escolas do ensino fundamental e escolas do ensino

médio também especificadas para esses alunos (Gardner, 2010, p. 150).

Ainda em relação as escolas que possuem atendimento caracterizado aos alunos superdotados, com base na teoria de Gardner, destacam-se:

Além das demandas de se implantar novos currículos baseados nas Definições Nacionais de Currículo e responder a uma ampla gama de necessidades dos alunos que podem incluir os que são superdotados bem como os que tem necessidades especiais, os professores são constantemente bombardeados com demandas crescentes para que melhorem as práticas de ensino (Gardner, 2010, p. 150).

Neste clima educacional de atender a demanda de estudantes superdotados, observa-se que experiências bem-sucedidas já estão sendo registradas, porém, o sucesso encontra-se vinculado a expressivo conhecimento da teoria, dos educandos envolvidos e de aplicação contínua de práticas pedagógicas que visem o pleno desenvolvimento do educando, vejamos:

A teoria das IM afetou as práticas de educação de superdotados na Austrália de duas maneiras importantes. Em primeiro lugar, ao ampliar o alcance da inteligência, proporcionou um modelo mais inclusivo de educação de superdotados., que até então estivera associado ao elitismo e ao pensamento estreito baseado em QI. Em segundo lugar, as IM foram usadas pelos professores em sala de aula e, ao longo desse planejamento, conscientizaram-se da diversidade dos estudantes superdotados (Gardner, 2010, p. 151).

Concluimos que a teoria das IM desenvolvida por Gardner traz elementos adequados para amparar a filosofia educacional de atendimento ou inclusão de estudantes superdotados, visando

seu pleno desenvolvimento. Por seus vários métodos de ensino baseados nesta teoria. Os educadores pensarão em todos os tipos de desenvolvimento intelectual que as pessoas têm. E contribuirá para o desenvolvimento da educação para todos.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução histórica do direito da criança e do adolescente constitui um grande avanço a sociedade, um novo modelo universal, democrático e participativo, no qual família, sociedade e Estado são partícipes e cogestores do sistema de garantias que não se restringe à infância e juventude pobres, protagonistas da doutrina da situação irregular, mas sim a todas as crianças e adolescentes, pobres ou ricos, lesados em seus direitos fundamentais de pessoas em desenvolvimento. Essa condição especial de sujeitos em formação, detentores de direitos e beneficiários do sistema de proteção integral, surgiu com a promulgação do texto constitucional de 1988, e ganhou ênfase com o Estatuto da Criança e do Adolescente, “e o amparo no Princípio da Dignidade da pessoa humana, reconhecendo cada indivíduo como centro autônomo de direitos e valores essenciais à sua realização plena como pessoa” (Amin, 2017, p. 55).

Quando pensamos a educação vigente em nosso país, os educandos envolvidos, parece fazer muito sentido o pensamento acima disposto, primeiramente não podemos pensar a educação como um sistema engessado, incluso em uma bolha, onde tratamos todos iguais, e obviamente entregando a sociedade um produto desproporcional aos potenciais. Em segundo plano e não

menos importante, é formidável, prestigiar os elementos legais disponibilizados pelo legislador, os quais asseguram atendimento diferenciado visando atender as várias habilidades, talentos de estudantes que compõem as unidades de ensino. Destacando ainda que possuímos profissionais estudando constantemente e conseqüentemente apresentando teorias que atendem as demandas contemporâneas, assim, mantemos as boas e produtivas experiências vigentes na história. É importante, no entanto, atualizarmos nossas pesquisas e refletirmos a partir de teses e novos estudos apresentados, proporcionando melhorias constantes.

Neste sentido, conclui-se que o papel da teoria das inteligências múltiplas é de grande valia no contexto educacional em que uma grande pluralidade de intelectuais permeia e insere o estudante na sociedade com dignidade e respeito, apreciando e valorizando suas aptidões e inteligências. O professor neste processo é supremo. Ele não perde seu valor, mas faz de sua profissão uma das mais apreciadas. Motivar seus alunos para novas descobertas exige desafios. Quando o professor não possui todas as inteligências desenvolvidas, ele requer ferramentas que o auxiliam nesse processo, como a educação continuada - saindo confiante nessa função.

A partir de um olhar carinhoso e sincero, de escolhas pedagógicas que atendam as demandas dos educandos superdotados, poderemos ter os comandos constitucionais de educação de qualidade para todos sendo atendidas e principalmente projetando para a sociedade educandos com possibilidade se transformarem a sociedade em que vivemos.

O presente estudo, revela que a inclusão de superdotados no ensino regular enfrenta desafios significativos. Embora existam algumas práticas e políticas direcionadas a esses estudantes, elas ainda são insuficientes para garantir um desenvolvimento pleno. A aplicação da teoria das inteligências múltiplas pode oferecer um caminho para melhorar a abordagem educacional.

O estudo conclui que, para melhorar a inclusão de superdotados no ensino regular, é fundamental implementar abordagens mais integradas e adaptadas às necessidades específicas desses alunos. Recomenda-se o desenvolvimento de políticas educacionais mais robustas e a aplicação prática da teoria das inteligências múltiplas para promover um ambiente mais inclusivo e eficaz.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de; FLEITH, Denise de Souza. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. 2. ed. rev. revis. São Paulo: EPU, 2001.

AMIN, Andréia Rodrigues. **Evolução histórica do direito da criança e do adolescente**. In: Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos/Andréia Rodrigues Amin, Ângela Maria Silveira dos Santos, Bianca Mota de Moraes; (coord.) Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 10.ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

ANACHE, Alexandra Ayach. **O Psicólogo nas redes de serviços de educação especial: desafios em face da inclusão**. In: MATINEZ, A.M. (org.). Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas. 2.ed. Campinas-SP: Alínea, p. 115-131, 2007.

ANDRÉS, Aparecida. Consultora Legislativa da Área XV Educação, Cultura e Desporto. Educação de Alunos Superdotados/Altas Habilidades Legislação e Normas Nacionais Legislação Internacional. Biblioteca Digital, Câmara dos Deputados. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Leandro%20Seidel/Downloads/educacao\_alunos\_aparecida%20(1).pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

BARBIERI, Alessandra; REIMBERG, Andréia Elisa Caixeta; DIPICOLI, Mariana Aparecida; CARON, Rodrigo Sampaio; PRODÓCIMO, Eliane. Interdisciplinaridade, inclusão e avaliação na educação física: contribuições na perspectiva das inteligências múltiplas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, Campinas, v.7, n.2, p.119-127, jun. 2008. Disponível em: [https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/REMEF/Remef\\_7.2/Revisao\\_-\\_INTERDISCIPLINARIEDADE\\_\\_INCLUSAO\\_E\\_AVALI\\_ACAO\\_NA\\_EDUCACAO\\_FISICA.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/REMEF/Remef_7.2/Revisao_-_INTERDISCIPLINARIEDADE__INCLUSAO_E_AVALI_ACAO_NA_EDUCACAO_FISICA.pdf) Acesso em: 20 jan. 2023.

BOGDAN RC, Biklen SK. **Qualitative research for education**: an introduction for theory and methods. 3<sup>th</sup> ed. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em: [w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html](http://w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias). Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=3f5o3Y61UMJpWT25a>.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial*, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.html). Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1E, Brasília, DF, p. 39-40, 14 set. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.

CAMPOS, Sheila Prachedes Pereira; SILVA, Maria Georgina dos Santos Pinto e. A Leitura e a teoria das inteligências múltiplas: um encontro possível em sala de aula. **Norte Científico: periódico de divulgação científica do IFRR**, Roraima, v.4, n.1, p.97-112, dez. 2009. Disponível em: Acesso em: 20 jan. 2023.

FALCÃO, Ilídio de Jesus Coelho. **Crianças sobredotadas**. Que sucesso escolar? Lisboa: Asa, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora. FGV. 2003.

GAMA, Maria Clara Sodré S. **Parceria entre família e escola**. A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades/Superdotação. Volume 3: o aluno e a família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: A teoria na prática**. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GARDNER. **Inteligências múltiplas ao redor do mundo**. Tradução de Roberto Cataldo Costa, Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARDNER. **Inteligência: um conceito reformulado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GARDNER, Howard. **The Theory in Practice**. Ed. Nova Iorque: Basic Books, 1993.

GOULART, Cecília Maria Aldigueri. Alfabetização, discurso científico e argumentação. In: LEITÃO, S.; DAMIANOVIC, M. C. **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. São Paulo: Pontes, p. 129-151, 2011.

GUENTHER, Zenita. **Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANDAU, Erika. **A coragem de ser superdotado**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

MORAES, Michele Ferraz de. A Teoria das inteligências múltiplas no ensino de língua espanhola: recursos e estratégias de aprendizagem. 2013. 92f. Monografia (Apresentada ao final do curso de Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79040> . Acesso em: 20 jan. 2023.

PÉREZ, S. G. P. B. O aluno com altas habilidades/superdotação: uma criança que não é o que deve ser ou é o que não deve ser? *In*: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.) **Educação Especial**: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas** – problema central do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RENZULLI, Joseph S. O que é essa coisa chamada superdotação e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 52, p. 45-130, 2004.

ROAZZI, A.; SOUZA, B. C. de. Rethinking the intelligence. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 23, p. 12-36, 2002.

TATAGIBA, Viviane Peba Lopes. Ressignificando valores: modificando crenças, concretizando sonhos. **O poder de mentoring & coaching**: profissionais apontam caminhos e trilhas para o estado desejado, com foco na realização pessoal e profissional. Cap. 1. *In*: WUNDERLICH, Marcos; ROMA, Andréia (org.). 1ª ed. São Paulo: Editora Leader, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Endereços para correspondência:

Vanderleia Rodrigues da Silva Seidel - Av. dos Frnceses, 265, Bairro Portal das Videiras, Videira, SC, CEP: 89562-304. [leia1807@hotmail.com](mailto:leia1807@hotmail.com).

Maria Lourdes Gisi - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Prado Velho, 80215901, Curitiba, PR. [gisi.marialourdes@gmail.com](mailto:gisi.marialourdes@gmail.com).